

**“QUE IMPORTA QUEM FALA?”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUTORIA
DOCENTE DE MATERIAIS DIDÁTICOS¹**

*“What Does It Matter Who Is Speaking?”: Considerations On Teaching Authorship
Of Didactic Materials*

Carolina Fernandes ALVES
Universidade Federal de Santa Maria
carolina.pastoriza@ufsm.br
<https://orcid.org/0000-0002-5009-4442>

Vilson José LEFFA
Universidade Federal de Pelotas
leffav@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1605-5626>

RESUMO: Este trabalho parte da premissa de que a abrangência do termo autoria requer e possibilita estabelecer reflexões que a insiram dentro de um campo de conhecimento específico. Dessa forma, a partir de um levantamento bibliográfico sobre a dispersão do conceito de autoria, bem como de um panorama histórico sobre o desenvolvimento desse conceito, apresentamos algumas reflexões sobre a autoria de materiais didáticos desenvolvida pelos professores como uma das atividades típicas da sua profissão. A principal conclusão é que a autoria docente é caracterizada como uma atividade intencional, processual, recursiva, empoderadora e potencialmente transformadora das práticas de ensino e da própria autopercepção do professor como autor.

PALAVRAS-CHAVE: autoria; autoria docente; materiais didáticos

ABSTRACT: This work is based on the premise that the scope of the term authorship requires and makes it possible to establish reflections that insert it within a specific field of knowledge. Thus, based on a bibliographic survey on the dispersion of the concept of authorship, as well as on a historical overview of the development of this concept, we present some reflections on the authorship of teaching materials developed by teachers as one of the usual activities of their profession. The main conclusion is that teaching authorship is characterized as an intentional, procedural, recursive, empowering and potentially transforming activity of teaching practices and the teacher's own self-perception as an author.

KEYWORDS: authorship; teaching authorship; didactic materials.

¹ Este artigo provém de parte da Tese de Doutorado da primeira autora. Sob o título *Autoria como saber docente complexo: perfis e percursos de professores-autores de materiais didáticos para o ensino de línguas*, a tese foi defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em 2023.

INTRODUÇÃO

Em uma definição trivial ou comum, pode-se dizer que *autor* é alguém que cria, inventa, causa ou dá origem a algo, sendo seu responsável e/ou proprietário: uma obra artística, uma descoberta científica, um delito etc. Contudo, essa definição não é invariável:

Pensemos na seguinte figura: o autor proprietário de sua obra. De tão trivial que ela é, tendemos a pensar que sempre existiu, ainda que assumindo diferentes roupagens. Somos inclinados a crer, em suma, que haveria algo aí de inevitável e universal. Mas o autor e sua obra são muito mais contingentes e instáveis do que parecem (Alves, M.A.S, 2021, p. 7).

Dado esse caráter temporal, contingencial e instável do conceito de autoria, não é de se surpreender que este seja um tema de interesse de muitas áreas e que, além disso, sua delimitação conceitual varie de uma para a outra. Neste trabalho, nosso interesse se volta para um tipo específico de autoria, a saber, a autoria de materiais didáticos (MD) mais localizados e menos abrangentes em termos de seu público e contexto (Vilaça, 2012), tomada aqui como uma das tantas atividades que pode ser desenvolvida pelos professores na prática cotidiana da sua profissão. O objetivo é apresentar algumas considerações teóricas que possam ser úteis para subsidiar reflexões e práticas centradas no perfil do professor que cria os MD que utiliza em suas próprias aulas, com seus próprios alunos. Para tanto, partimos de uma síntese sobre a dispersão do termo autoria em algumas pesquisas e de um panorama histórico a fim de compartilhar nossas reflexões sobre o tema. Destacamos que este artigo abrange parte de um trabalho de pesquisa maior sobre autoria docente de MD (Alves, C.F., 2023), de modo que aqui são abordadas apenas as questões teórico-metodológicas iniciais mais amplas dessa pesquisa a fim de construir algumas ideias gerais sobre a autoria docente, recorte o qual entendemos ser suficientemente profícuo para o que pretendemos pontualmente neste artigo.

UMA SÍNTESE SOBRE A DISPERSÃO DO TERMO AUTORIA

Este trabalho se insere na interface entre Educação e Linguística Aplicada, mais especificamente o ensino de línguas, áreas em que se situam a maior parte de nossas pesquisas e prática docente. Com o objetivo de compreender de que forma o trabalho dos professores como autores de MD tem sido abordado pelas pesquisas nessas áreas, fizemos uma busca em

diferentes formatos de publicação (teses, dissertações, artigos, capítulos de livros, livros e anais de evento) cujo tema fosse a autoria de modo geral e, de modo específico, a autoria de MD e, também, a autoria de MD para o ensino de línguas. Obtivemos um total de 100 referências, no intervalo entre os anos 1996 e 2021. Nessas pesquisas, identificamos pelo menos seis abordagens do termo autoria, das mais abrangentes às mais específicas, o que comprova o seu caráter contingencial assinalado por Alves, M.A.S (2021), motivo pelo qual é necessário caracterizá-lo de acordo com o que se deseja investigar, situando a pesquisa, caso deste artigo, que abordará algumas dessas contingências, sem a pretensão, contudo, de esgotar o tema.

Identificamos que há pesquisas que abordam a autoria a partir de uma perspectiva genealógica, ou seja, em relação às condições históricas de emergência do termo (tipo 1). Também, aquelas que entendem a autoria como uma posição discursiva assumida pelo sujeito (tipo 2) e, ainda, outras que definem a autoria como um agir autônomo do sujeito (tipo 3). Além dessas, encontramos pesquisas sobre a autoria relacionada às práticas de escrita (tipo 4), bem como as que se dedicam à produção e análise de MD (tipo 5), como é o caso deste artigo, cuja atenção está no viés de sua produção por parte do professor. Por fim, há trabalhos que fazem uma discussão sobre autoria a partir de um enfoque jurídico, relacionado aos direitos autorais (tipo 6).

Em trabalhos de tipo 1 (Alves, M.A.S, 2013, 2021; Chartier, 2014; Martins, 2012, 2014) frequentemente há a presença de Michel Foucault como linha teórica fundamental. Neles, o objetivo é

[...] investigar as circunstâncias historicamente constituídas que permitem aos indivíduos que escrevem possuírem certa personalidade autoral. A autoria, na literatura, nas ciências, nas artes ou na filosofia, é resultado de uma construção, marcada por continuidades, deslizamentos e rupturas, que fizeram de nós aquilo que somos hoje: autores, responsáveis por nossa obra e detentores de direitos patrimoniais e morais sobre ela (Alves, M.A.S, 2013, p. 244).

Tais pesquisas definem que uma genealogia do autor se refere à análise da emergência desse conceito em determinados contextos socioculturais e áreas do conhecimento, isto é, os discursos do e sobre o autor, sobre o sujeito autor e sobre o poder que exerce ao ocupar essa posição (Alves, M.A.S, 2013, 2021). Ao identificar essas configurações da autoria ao longo da história, contribuem com “um quadro de referência que nos permite perceber de forma mais cuidadosa os contornos das transformações que assistimos atualmente” (Martins, 2014, p. 24),

possibilitando a expansão das discussões sobre autoria em outras áreas e sob outras perspectivas teóricas e analíticas, tal qual estamos propondo neste artigo, cujo interesse é, como dissemos, a autoria docente de MD.

Na abordagem de tipo 2, a qual entende a autoria sob o ponto de vista do discurso, se sobressaem duas linhas de pensamento. Uma dessas formas de conceber a autoria (Alves, M.A.S, 2013, 2021; Fortunato, 2003; Martins, 2014, 2012; Ralejo, 2018; Souza, 2011) é marcada pela discussão elaborada por Foucault em algumas de suas obras, especialmente na conferência *O que é um autor?* (Foucault, 2009a), na qual defendeu a ideia de que o autor não é propriamente um indivíduo particular real, mas uma *função* que pode ser desempenhada por “vários *eus*, em simultâneo, por várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar” (Foucault, 2009a, p. 280). Isso significa que o sujeito em Foucault é o sujeito do discurso, e não propriamente um indivíduo específico, uma vez que esse sujeito e seus dizeres são compostos por uma dispersão de vozes e representações de mundo (Cavalheiro, 2008).

A outra linha de pensamento identificada foca nos aspectos intersubjetivos da autoria, utilizando como referências autores como Michel Pêcheux e Mikhail Bakhtin. Os trabalhos que se alinham a essa perspectiva (Ará, 2014; Faraco, 2005; Francelino, 2007; Mittmann, 2016; Padilha, 2011) assumem que o sujeito é interpelado por uma ideologia de forma inconsciente e, portanto, tudo o que (re)produz remete a outras vozes que o antecedem. Em contrapartida, o sujeito não é apenas fruto desse atravessamento discursivo, ele é também

[...] uma autoconsciência que se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro no discurso, isto é, um sujeito que somente tem existência quando contemplado na intersubjetividade, pois é ela que permite contemplar a subjetividade – o auto-reconhecimento do sujeito pelo reconhecimento do outro [...] (Cavalheiro, 2008, p. 79).

Portanto, o sujeito se constitui autor a partir e por meio das relações que estabelece com os demais sujeitos em determinado contexto. Nesse sentido, quando pensamos na autoria de textos didáticos,

[...] o papel do autor é destacado como responsável pela criação, mobilizada por influências externas, ao cumprir premissas das políticas públicas e dialogar com os saberes da cultura escolar, junto com as experiências pessoais do sujeito, que é o que permite a aproximação de diferentes universos e a atribuição à produção de uma especificidade ligada à individualidade e subjetividade do sujeito [...] (Ralejo, 2018, p. 51).

É uma questão de foco. Nas pesquisas de viés foucaultiano, o foco é macro, na posição a ser ocupada e no que se produz e veicula a partir dela em termos da dispersão das vozes do discurso; nas pesquisas que seguem a linha enunciativa de Pêcheux e Bakhtin, o foco está em quem ocupa a posição e as relações que estabelece com o outro por meio da linguagem. Apesar de suas diferenças, para o que apresentamos aqui, as consideramos abordagens complementares, pois entendemos que o professor é interpelado a todo momento pelos discursos e pelas dinâmicas de interlocução das quais é ator e isso transparece de alguma forma nos MD que elabora. É através da intersubjetividade que, amalgamado com outras vozes no texto didático, o professor pode atuar como esse princípio legitimador de discursos quando cria seus próprios materiais. Portanto, acreditamos que o professor em alguma instância projeta algo de seu nos materiais de sua autoria, algo que valorizamos não só neste artigo como em nossas produções mais recentes como uma potencialidade da profissão docente (Leffa; Costa; Beviláqua, 2019; Alves, C.F.; Leffa, 2020).

Nesse sentido, vemos um ponto de contato entre as pesquisas que definem a autoria como uma posição discursiva e aquelas de tipo 3, as quais abordam a autoria como um agir autônomo do sujeito (Almeida Jr; Almeida, 2021; Demo, 2009; 2015a; 2015b; Furtado; Souza, 2019; José, 2011; Pontes, 2007; Sales, 2009): a autoria como um processo de tomada de uma posição de protagonismo em relação ao próprio trabalho, ideia que pressupõe que a autonomia do sujeito como autor depende de que ele se reconheça como tal e, a partir da consciência sobre seu papel, tenha condições desenvolver uma prática profissional mais autoral em sentido amplo. Na área da Educação, os trabalhos desse tipo definem a autoria enquanto ética, uma postura a ser desenvolvida pelo professor (Demo, 2009; 2015a; 2015b; Furtado; Souza, 2019). É, portanto, um olhar que se refere ao trabalho docente como um todo, em relação ao qual a autoria “é entendida como habilidade de pesquisar e elaborar conhecimento próprio, no duplo sentido de estratégia epistemológica de produção de conhecimento e pedagógica de condição formativa” (Demo, 2015a, p. 8).

Nessa perspectiva, entende-se “o profissional da educação como investigador reflexivo, produtor de conhecimento, capaz de pensar e criar seu fazer pedagógico” (Pontes, 2007, p. 53). Essa abordagem fortalece o discurso de que, ao estar investido do seu papel como autor, o professor pode promover transformações em seu contexto de atuação e enfrentar as inúmeras tentativas de controle e invisibilização do seu fazer profissional (Furtado; Souza, 2019), o que,

no caso da autoria de MD, frequentemente o coloca na posição de “executor de projetos didáticos da autoria de terceiros” (Starobinas, 2012, p. 121) e não o valorizam como autor de seus próprios materiais (Alves, C.F.; Leffa, 2020; Leffa; Costa; Beviláqua, 2019). Essa é uma premissa importante deste trabalho, uma vez que entendemos que esse empoderamento do professor como autor (ou a ausência dele) se reflete no desempenho da sua profissão, tal qual demonstram, por exemplo, as pesquisas de Alves, C.F. (2023), Alves, C.F. e Leffa (2020), Leffa, Costa e Beviláqua (2019), Mallmann (2008), Mallmann e Jacques (2013), Mallmann *et al.* (2015), Jacques (2017) e Zanaga (2006).

Já com relação à abordagem de tipo 4 do conceito de autoria, presente em trabalhos que de modo geral a estudam enquanto produção textual escrita (Cunha, 2016; Frade, 2014; Krokosz, 2014; Serra, 2015), tem crescido o número de pesquisas sobre as práticas de escrita em ambiente digital, o que promove um deslocamento no conceito de autoria a partir do qual emerge a concepção de uma autoria que se dá em agência distribuída entre pessoas e máquinas. (Martins, 2012, 2014) Assim, a autoria no meio digital é definida por

[...] seu caráter reticular, ou sua estrutura em rede, que permite a conexão e interação distribuída de cérebros em nível planetário, possibilitando a realização de um ato criativo aberto e partilhado em uma dimensão inédita. Uma ampla memória compartilhada, composta pela malha de banco de dados hipertextual, completa o cenário dessa cognição em rede, calcada na cooperação entre agentes criativos (Martins, 2014, p. 56).

Trabalhos como os de Martins (2012, 2014), ou então Fortunato (2003), Henge (2016), Medeiros; Nascimento (2015), contribuem com as discussões sobre autoria ao agregar, além dos referenciais teóricos já considerados clássicos, como Michel Foucault e Roland Barthes, referenciais importantes no que diz respeito à reflexão sobre o papel das tecnologias na sociedade contemporânea, tais como Pierre Lévy e Edgar Morin. Além disso, no campo da Educação, influenciam o surgimento de trabalhos que estudam a autoria discente enquanto prática de escrita interativa em rede em contextos de uma aprendizagem escolar mais autônoma e colaborativa (Ferreira; Costa; Pimentel, 2019; Matte, 2005).

Nesse mesmo movimento, em pesquisas de tipo 5, vê-se o interesse crescente pelo uso das tecnologias digitais pelos professores, realidade que abre espaço para que se investigue a mediação tecnológica da autoria docente de MD. Nesse sentido, observamos que há um deslocamento em curso da preponderância dos livros didáticos como objeto de análise das

pesquisas, que passam a voltar seus interesses para a autoria de MD digitais (Fileno, 2007; Halmann, 2011; Koch, 2015; Krewer; Fagundes; Fontana, 2021; Leffa, 2006; Pretto, 2012; Ricardo, 2013), questionando inclusive como os LD poderiam se adaptar a essa realidade (Rossini; Gonzalez, 2012). No bojo dessa discussão, vem ganhando destaque nas pesquisas o trabalho do professor como autor de seus próprios MD (Alves, C.F., 2023, 2022; Alves; C.F.; Leffa, 2020; Costa; Leffa, 2017; Leffa; Costa; Beviláqua, 2019; Mazzardo, 2018; Pretto, 2012) e o debate sobre a produção de MD com licenças livres, dentro da perspectiva dos Recursos Educacionais Abertos (REA) (Jacques, 2017; Mallmann, 2008; Mallmann; Jacques, 2013; Mallmann *et al.*, 2015; Mazzardo, 2018), como alternativa que transgride a interferência das editoras na produção de MD, uma vez que,

[...] além de valorizarem práticas de aprendizagem mais próximas à cultura da web e da sociedade do conhecimento, eles fortalecem o sujeito que produz o conteúdo, colocando o autor no centro das atenções, já que a escolha de quando e como compartilhar as obras que cria é uma decisão que dispensa a mediação das editoras (Rossini; Gonzalez, 2012, p. 40).

Ainda com relação à abordagem 5, algumas pesquisas se dedicam a refletir sobre metodologias, conhecimentos e competências necessários para elaborar MD. Em comum, evidenciam que a elaboração de MD requer a articulação de vários elementos. Diante disso, sistematizam algumas etapas as quais normalmente giram em torno de ao menos três momentos: análise contextual, desenvolvimento e avaliação (Freire, 2013; Leffa, 2007; Rojo, 2013; Vilaça, 2012). Entretanto, são propostas cujo enfoque incide majoritariamente na dimensão cognitiva da autoria. Em menor número estão as pesquisas que consideram a subjetividade do professor no processo de construção da sua identidade como autor (Alves, C.F., 2023, 2022; Alves, C.F.; Leffa, 2020; Leffa; Costa; Beviláqua, 2019).

Por fim, na abordagem 6, relativa às pesquisas sobre autoria e direitos autorais, se destacam os trabalhos que costumam utilizar o mapeamento histórico como forma de introduzir o debate sobre plágio (Halmann, 2011; Krokosz, 2014; Passini, 2016; Pavan, 2016) e identificar historicamente as condições que fizeram emergir a visão que temos hoje sobre a autoria, baseada na lógica da propriedade privada (Alves, M.A.S., 2013, 2021; Martins, 2014), a qual embasa as Leis de direitos autorais em diversas partes do mundo. No campo da Educação, esse debate é encabeçado pelas pesquisas sobre REA.

A partir dessa investigação sobre a dispersão do termo autoria, concluímos que além de

ser altamente produtivo e contingente nas diversas áreas do conhecimento, apresenta diversidade de enfoques conceituais também dentro de uma mesma área, motivo pelo qual se tornam relevantes as possíveis perspectivas que possam surgir a partir da reflexão sobre ele, sendo a que apresentamos aqui apenas uma delas. Como já mencionamos anteriormente, o que pretendemos fazer é compartilhar algumas considerações teóricas que ajudem a pensar sobre o trabalho do professor como autor dos próprios MD. Para seguir com este movimento, na próxima seção trazemos alguns momentos históricos que marcaram o desenvolvimento do conceito de autoria e que, por isso, servem de subsídio para o debate sobre suas especificidades em cada campo do conhecimento.

ALGUNS PROCESSOS HISTÓRICOS PARA PENSAR A AUTORIA DOCENTE

De acordo com Alves, M. A. S. (2021, p. 7), o conceito de autor foi sendo naturalizado ao longo da modernidade ocidental “por uma série de fatores que envolvem a sua consagração jurídica, econômica, social e crítica”. De tão consolidada essa definição de autoria, pode parecer óbvio dizer que o professor é autor quando elabora materiais didáticos. Entretanto, as oscilações que ocorreram ao longo da história e nas diferentes áreas do conhecimento permitem compreender que definir autoria docente não é assim tão simples quanto se poderia imaginar, tornando-se, portanto, um desafio, uma vez que é preciso identificar as contingências que influenciam e/ou influenciaram as práticas de autoria docente, pois o trabalho de professores como autores de materiais didáticos também possui suas formas próprias de constituição, e esse é o nosso interesse maior de pesquisa, o qual exploramos aqui em seus aspectos mais gerais.

Martins (2014) busca contextualizar a autoria como parte dos deslocamentos que sofreu historicamente em função das demandas características de cada época e como cada uma produziu seus “modelos autorais específicos” (Martins, 2005, p. 26). Para isso, pauta sua análise em três aspectos: a natureza da autoria (coletiva ou individual), a nomeação ou o anonimato do autor e os limites do texto (aberto ou fechado a intervenções), os quais também aparecem nas discussões das pesquisas que abordam o processo histórico de constituição da autoria. De maneira geral, essas pesquisas convergem ao identificar que a história da autoria é marcada pelo antagonismo entre duas perspectivas principais a seu respeito: em uma, que vigorou da Antiguidade até meados da Idade média, a autoria é essencialmente coletiva e o texto é considerado uma produção aberta e inconclusa; em outra, característica do final da Idade Média

em diante, a autoria é individual e o texto torna-se obra fechada e acabada.

Da Antiguidade à Idade Média, não havia a noção de autor como indivíduo responsável pela assinatura de uma obra. O próprio conceito de obra era bastante diferente de como o concebemos hoje. Na poética da Antiguidade, por exemplo, os textos estavam sempre “em contínuo processo de criação” (Cavalheiro, 2008, p. 68), de maneira aberta, coletiva, fluida e colaborativa: “[...] cada recitador, ou bardo, ao mesmo tempo que declamava, também criava, inserindo algo de seu, que posteriormente poderia ser apropriado por outros” (Martins, 2014, p. 28), de maneira que o texto era de todos e de ninguém ao mesmo tempo. Logo, a questão nomeação *versus* anonimato do autor não era um problema na época, pois o valor dos textos era conferido por sua antiguidade e pelos efeitos que as adições realizadas representavam para a comunidade, e não propriamente pela legitimidade social da pessoa do autor (Alves, M.A.S., 2013, 2021; Cavalheiro, 2008; Martins, 2012, 2014).

Cabe destacar alguns fatores fundamentais para a configuração desse modelo autoral. Em relação ao anonimato do autor, especialmente na produção poética antiga, considerava-se que os versos cantados pelos poetas eram inspirados pela figura mítica das musas, a quem se invocava antes de iniciar o canto e se atribuía o produto da criação. Nessa lógica, os textos produzidos eram parte da cultura artística vigente e não propriedade de um indivíduo específico, pensamento que se instaura posteriormente com a modernidade ocidental. Nesse período, portanto, predominava uma visão transcendental da autoria, pois as musas eram elementos externos, consideradas superiores ao poeta, a representação da tradição (Martins, 2014), o que justifica não fazer sentido à época creditar o valor de uma obra a um indivíduo específico, uma vez que o poeta era o veículo da mensagem da tradição cultural vigente. Já a respeito da natureza coletiva da autoria e a correlata abertura dos textos, Martins (2014) explica que as práticas de leitura e escrita estiveram intimamente relacionadas com a tradição oral durante muito tempo, de modo que os limites entre autor, escritor e leitor eram profundamente difusos. Além disso, os textos ditados para os escribas eram “publicados” por meio da sua leitura em voz alta ao público, situação que mudou radicalmente a partir da invenção da imprensa no século XV.

Ao longo da Idade Média, esse modelo autoral aberto e colaborativo predominante na produção escrita da Antiguidade vai se modificando na medida em que a religião passa a ocupar o lugar de autoridade que, na literatura, antes era designado às musas. Embora ainda se preservasse uma lógica coletiva da produção do conhecimento, a autoria de textos escritos nesse período tinha um caráter menos aberto que na Antiguidade (Martins, 2014, 2012). A principal

diferença é que já não poderia mais ser desempenhada por *qualquer um*. Como a autoridade religiosa era, nesse momento, a mediação entre o divino e o humano, considerava-se que os membros do clero eram investidos por Deus da autoridade para serem autores e da legitimidade necessária para atuarem como crivo de outras autorias. Os clérigos formavam uma elite intelectual, a *autorictas*, que, por essa dupla condição de representantes da voz de Deus e donos do conhecimento tido como “verdadeiro”, tinham garantida *a priori* a posição de autores, a partir da qual estabeleciam o cânone da época e filtravam o que poderia ou não ser publicizado.

Essa cosmovisão do autor como canal de transmissão da palavra divina lançava-o também ao anonimato, pois o que interessava era a revelação que ele fazia por meio da escrita, uma vez que “o texto não tinha a conotação de uma expressão pessoal subjetiva, mas era muito mais uma tentativa de interpretação de uma verdade divina” (Martins, 2014, p. 34). Portanto, da mesma forma que na Antiguidade as musas eram a fonte de inspiração (e anonimato) dos autores, na Idade Média, “Deus era a fonte de inspiração suprema para todas as obras, seu verdadeiro autor” (Martins, 2014, p. 34). Assim, sob o controle da *auctoritas*, os textos paulatinamente se fecharam e foi sendo criada a necessidade de diferenciar as funções desempenhadas na produção do conhecimento, como demonstra a divisão entre *copista*, *compilador*, *comentador* e *autor* proposta por São Boaventura (século XIII), citado por Martins (2014, p. 33):

Um homem pode escrever trabalhos alheios, sem acrescentar ou mudar nada, neste caso ele é simplesmente chamado de ‘copista’ (scriptor). Outro escreve trabalhos alheios com adições que não são suas; e ele é chamado de ‘compilador’ (compiler). Outro escreve tanto trabalhos alheios como o seu, mas com os trabalhos alheios em primeiro plano, adicionando o seu próprio a título de explanação; e ele é chamado de ‘comentador’ (commentator) [...] Outro escreve tanto o seu trabalho como os alheios, mas com o seu em primeiro plano adicionando outros a título de confirmação; e este homem pode ser chamado de ‘autor’ (auctor).

Pode-se dizer que essa necessidade de definir quem é ou não autor já anuncia a transformação no modelo autoral vigente até então, que ocorrerá entre o final da Idade Média e o começo da Idade Moderna, quando passa a haver o tensionamento entre as visões teocêntrica e antropocêntrica de mundo. Nessa conjuntura histórica, as inúmeras transformações na cultura, nas ciências, na religião, nas artes e na economia das sociedades ocidentais, marcadas fortemente pela filosofia moral do humanismo renascentista e seus princípios racionalistas, favoreceram o surgimento de um modelo autoral centrado no indivíduo. Assim, a assinatura do

indivíduo que se responsabiliza pelo que escreve passa a representar a autoridade que a invocação das musas na Antiguidade ou a *auctoritas* da Idade Média desempenhavam. É o autor “quem irá validar a produção textual, dar unidade e consistência ao discurso e assumir a responsabilidade por suas ideias. É o próprio ser humano, autônomo e centrado, quem responde por seus atos, e não mais uma instância transcendental” (Martins, 2014, p. 37).

A necessidade de individualização da autoria se deu inicialmente com a finalidade de responsabilização pela transgressão religiosa, e, posteriormente, passou a ser necessária como forma de conter a transgressão à lógica da propriedade privada característica do capitalismo nascente (Bellei, 2014; Cavaleiro, 2008; Foucault, 2009a; Martins, 2014, 2012). Essa foi uma das consequências da invenção da imprensa como acontecimento que fomentou o surgimento e o desenvolvimento de um mercado editorial que, ao mesmo tempo, ampliou o acesso ao conhecimento e viabilizou a diferenciação entre as práticas de leitura e escrita, tornando-as cada vez mais individualizadas e silenciosas, contribuindo de maneira definitiva para o fechamento das obras e para a consolidação do autor como proprietário de seus textos (Bellei, 2014; Foucault, 2009a; Martins, 2014, 2012; Ralejo, 2018; Soares, 2007).

A consolidação da política de direitos autorais como mecanismo de controle do mercado do livro é a representação concreta da visão proprietária sobre a autoria. Nesse contexto, em que confluíram o estabelecimento da propriedade individual como um dos direitos naturais do ser humano e o conceito de responsabilidade civil (Faraco, 2005), o autor já não era mais aquele que, de maneira artesanal e colaborativa, escrevia textos, mas sim o indivíduo que, uma vez sendo fonte do próprio pensamento, poderia ser penalizado pelo que escrevia. A esse respeito, Foucault (2009a, p. 264 e 275) afirma que

[o]s textos, os livros, os discursos começaram efetivamente a ter autores (outros que não personagens míticas ou figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor se tornou passível de ser punido, isto é, na medida em que os discursos se tornaram transgressores.

Em resumo, o período entre os séculos XVIII e XIX consolidou o modelo autoral centrado no indivíduo bem como as bases para o entendimento dos direitos autorais que está presente entre nós ainda hoje. No modelo autoral da modernidade, a inspiração, cuja fonte eram elementos que transcendiam o autor, agora passa a ser considerada seu atributo inerente. Assim, ganha destaque o conceito de originalidade como forma de legitimar a autoridade do discurso

escrito, pois, sendo a autoria um processo individual e subjetivo, cada autor deveria expressar sua subjetividade de maneira única, original. Consequentemente, passa a se consolidar uma compreensão simbiótica entre sujeito (autor) e obra. Consequentemente, se estabelece uma crença de que a significação do texto emana e é garantida exclusivamente por esse autor soberano, que precede o texto, cabendo ao leitor a tarefa de decifrar o que o autor quis dizer (Barthes, 2004; Bellei, 2014; Foucault, 2009a; Faraco, 2020).

O estudo sobre essas mudanças na compreensão do conceito de autoria permite perceber que, nas últimas décadas, em decorrência da revolução provocada pelo surgimento e desenvolvimento da *Internet*, vê-se emergir um modelo autoral que reatualiza práticas de autoria de outros momentos históricos e, ao fazê-lo, tensiona esse modelo autoral mais recente, centralizado no indivíduo, e que ainda vigora entre nós. Várias características presentes nas práticas atuais de escrita eram próprias também de modelos autorais de outras épocas, tais como “a interatividade no processo autoral; a obra fluida, em aberto; o eventual anonimato dos agentes que participaram da criação” (Martins, 2014, p. 47). Em contrapartida, o fechamento do texto, a individualização da autoria e a nomeação do autor são aspectos postos em xeque pela escrita em meio digital:

O processo autoral em rede é um híbrido dessas práticas anteriores, combinando o coletivo, a obra aberta e inacabada, com um traço também individual, herdado da cultura do livro e adequado à economia da dádiva, formando uma nova configuração que não corresponde à dissolução completa do autor, mas também não à autoria individualizada. Esse “autor em coletivo” [...] é descentrado, distribuído, auto-organizado, interconectado, interativo, dialógico, entre outros atributos. Porém, mantém ainda uma ligação com algo de natureza individual: o indivíduo contribui para a construção de um coletivo comum, mas quer que seu acréscimo, sua diferença, seja devidamente registrado e creditado (Martins, 2014, p. 52).

A ideia de rede é central para entender a emergência da figura desse autor descentralizado, o qual Martins (2014) define como típico da cibercultura e que, em certo sentido, representa um meio do caminho entre os polos do anonimato e da assinatura individual e proprietária de uma obra fechada. É nesse contexto de uma autoria que se dá em coletivo que podemos definir o modelo de escrita digital como sendo plural, mais propício às coautorias ou autorias em rede. Portanto, a multidirecionalidade, a multimodalidade, a não-linearidade e a interatividade típicas das redes são características que definem outras formas de escrita (e de produção audiovisual), mais abertas, distribuídas e interativas. Assim, embora a autoria coletiva não tenha surgido no meio digital, o que ela promove de novo é a conectividade entre o coletivo

e o individual, entre o mundo material e o virtual, entre uma cognição compartilhada através de uma navegação individualizada (Martins, 2014).

Outro ponto que ganha destaque na autoria da cibercultura, e que é de fato inaugural nesse contexto, é o questionamento sobre o papel que a tecnologia ocupa na produção escrita. Já se questiona, por exemplo, se a autoria de textos escritos ainda poderia ser classificada como algo exclusivamente humano, tendo em vista as ferramentas de correção e tradução de textos e, mais recentemente, as ferramentas de inteligência artificial. Por outro lado, ainda parece ser consenso que as tecnologias funcionam como mediadoras do processo de escrita, atuando de maneira complementar ao potencial criativo humano ao ampliar suas capacidades cognitivas e sociais (Leffa; Alves, C.F.; Fontana, 2020), o que sem dúvidas inclui o trabalho do professor, o tipo de autor no qual estamos interessados aqui. Por questões de delimitação temática, não nos aprofundaremos na seara da mediação tecnológica da autoria neste trabalho.

Barthes, Foucault e o dilema da morte do autor

Ao longo dos séculos XIX e XX houve vários movimentos de desconstrução da ideia moderna do escritor como gênio criador. Este é o caso dos textos *A morte do autor*, de Roland Barthes (2004), e *O que é um autor?*, de Michel Foucault (2009a).

Em 1968, Roland Barthes publica *A morte do autor* com a pretensão de propor a dissolução da figura do autor que ascendeu a partir do final da Idade Média e se consolidou durante o Renascimento como símbolo do prestígio do indivíduo, do gênio criador, origem da significação dos textos. Na introdução desse texto, defende que

[o] autor é uma personagem moderna, produzida sem dúvida por nossa sociedade na medida em que, ao sair da idade média, com o empirismo inglês, o racionalismo francês e a fé pessoal da reforma, ela descobriu o prestígio do indivíduo ou, como se diz mais nobremente, da “pessoa humana” (Barthes, 2004, p. 58).

Barthes (2004) atribuiu duas principais consequências a essa conjuntura histórica que favoreceu a individualização do autor. A primeira é que, uma vez estando a ideia de autor vinculada a um sujeito específico, proprietário e responsável jurídico e intelectual por uma obra, o autor passa a existir como entidade antes do texto, exercendo sobre ele um papel de soberania e imputando ao leitor uma posição de passividade na leitura, em que os leitores seriam “simples usufrutuários” do texto (Barthes, 2004, p. 27). A segunda consequência é que essa visão definiu o modo de atuação da crítica no campo artístico, a qual, em busca da intenção do autor por trás

da obra, passou a tentar explicá-la através de seus traços biográficos, focando na descoberta desse autor, dos aspectos sociais, históricos e psíquicos que determinam o exercício de sua autoria, como se toda escrita fosse uma espécie de confissão do autor (Barthes, 2004).

Barthes (2004) propõe uma recusa do texto como espaço monolítico de significação cuja origem é determinada pela vida e pelas intenções do autor. Logo, partindo do pressuposto de que um texto é “um tecido de citações, oriundas dos mil focos da cultura” (Barthes, 2004, p. 62), tenta resolver o problema matando o autor apriorístico para propor a ideia do nascimento concomitante do autor e seu texto:

[...] o livro e o autor colocam-se por si mesmos numa mesma linha, distribuída entre um antes e um depois [...]. Pelo contrário, o escritor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto; não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita [...] (Barthes, 2004, p. 61).

A perspectiva de Barthes (2004) retira do autor o controle sobre o texto, ou seja, o autor deixa de ser fonte e passa a ser meio. Nesse processo, o autor desaparece e o leitor emerge como “espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura; a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino [...]” (Barthes, 2004, p. 64). Para tanto, na enfática conclusão do texto, postula que “o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor” (Barthes, 2004, p. 64). A esse respeito, é possível notar que a força do uso da expressão “morte do autor” que encerra o texto se atenua quando, durante a leitura, infere-se que por “morte” não se entende a extinção de qualquer autor, mas da concepção de autor como origem da significação do texto, o que implica a emergência de um “novo” autor, cujo papel é descentralizado e, sendo dessa forma, abre espaço de maior protagonismo para o leitor (Bellei, 2014).

Na conferência *O que é um autor?*, proferida em 1969 à *Société Française de Philosophie*, Foucault problematiza o manifesto de Barthes. Na abertura dessa conferência, deixa claro que é preciso aprofundar a constatação do desaparecimento do autor, explorando os efeitos que o jogo entre sua presença e sua ausência produzem em termos dos deslocamentos de poder. Em tom provocativo, ele afirma: “não basta, evidentemente, repetir como afirmação vazia que o autor desapareceu” (Foucault, 2009a, p. 271). Ao longo de sua exposição, argumenta que o *nome do autor* tem duas funções, uma designativa e outra descritiva. Por um lado, ele permite apontar a pessoa do autor e, por outro, é utilizado como categoria a qual se pode atribuir um conjunto de enunciados. Desse modo,

o fato de haver um nome de autor, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber certo status” (Foucault, 2009a, p. 273 e 274).

Para Foucault (2009a), o nome próprio não se limita a designar quem é o indivíduo, mas é a representação de um pensamento que está acima do indivíduo e o interpela, fazendo com que exerça “um certo papel em relação ao discurso: assegura uma função classificatória; tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, deles excluir alguns, opô-los a outros. Por outro lado, ele relaciona os textos entre si” (Foucault, 2009a, p. 273).

É com base nesses aspectos que Foucault (2009a) defende que o foco da análise da autoria não recaia na pessoa do autor, mas na *função autor* que ela desempenha. O autor em Foucault é mais do que o indivíduo que escreve um texto (pinta um quadro, compõe uma música etc.); o autor é uma instância legitimadora dos discursos. É nesse sentido que defende que não importa quem fala, mas importa o que é dito a partir da posição que o autor ocupa na ordem do discurso². Segundo Alves, M.A.S. (2021), em vez do interesse pelo *ser* do autor, interessa a Foucault o *funcionamento* do autor “como algo que ocupa um lugar no discurso e exerce determinadas funções” (Alves, M.A.S., 2021, p. 22). A esse respeito, explica que

O indivíduo não toma diretamente a palavra, mas o faz sempre ocupando um posição-sujeito específica. Nesse sentido, é preciso realizar uma análise da função no interior da qual algo como um autor pode vir a existir. Em suma, o indivíduo só funciona como sujeito do discurso e, em particular, como autor, ao ocupar determinado lugar e assumir certas funções (Alves, M.A.S., 2021, p. 22).

Para Foucault (2009a), portanto, o autor não é propriamente o indivíduo, mas é uma função desempenhada por um indivíduo a partir da qual instancia elementos que ultrapassam o âmbito individual e dizem respeito aos discursos que estruturam as relações de poder dentro de uma sociedade, daí o conceito de *função autor* ser o centro da sua argumentação. Segundo o próprio Foucault, isso não significa dizer que o autor não existe:

[...] o que eu tentei analisar é precisamente a maneira pela qual a função autor se exercia, no que se pode chamar de a cultura europeia após o século XVII. [...] Definir de que

² A *ordem do discurso* pode ser, a título de síntese e numa aproximação inicial, como a série de agenciamentos, ações, limitações, processos e movimentos que tendem a limitar “a temível materialidade” (FOUCAULT, 2009b) do discurso, este sendo entendido aqui no sentido amplo.

maneira se exerce essa função, em que condições, em que campo etc., isso não significa, convenhamos, dizer que o autor não existe (Foucault, 2009a, p. 294).

O que buscamos evidenciar ao trazer brevemente os elementos históricos descritos até aqui, é que falar de autor e autoria não é tão simples quanto pode parecer. Portanto, consideramos adequado e necessário trazer essa discussão pautada pela historicidade da autoria (e do autor) como forma de encontrar meios para elaborar o conceito de autoria docente, explorado a seguir com mais detalhe.

O PROFESSOR COMO AUTOR

Materiais didáticos são um tipo específico de texto: não são textos literários, nem científicos, muito embora possam, e devam, na melhor das hipóteses, estar baseados no discurso científico das diferentes áreas. O MD é um texto didático cuja autoria é parte do trabalho docente, de modo que o professor é um tipo específico de autor e, portanto, é importante evidenciar elementos que incidem sobre sua autoria e processos através dos quais ele se investe desse papel e desempenha essa atividade.

De modo geral, o MD é um texto cujo objetivo é ensinar algo a alguém, ou, dito de outra forma, propiciar condições de aprendizagem para um público específico, inserido em um contexto também específico. Sendo assim, ele não é *qualquer coisa* que potencialmente sirva para ensinar; ele é *alguma coisa* projetada intencionalmente para ensinar. Para efeitos dos nossos interesses de pesquisa, entre os tantos sujeitos que eventualmente podem ser autores de MD, focamos no professor como quem pode também desempenhar essa função ao construir intencionalmente uma sequência estruturada de atividades como forma de criar meios favoráveis à aprendizagem a partir das especificidades do público e do contexto com e no qual atua, as quais consideramos interferir diretamente em no seu trabalho, incluindo a autoria de MD. Em outras palavras, os professores terão demandas e práticas de autoria tão diversas quantos forem o público-alvo e contexto de desenvolvimento e implementação de seus materiais. Portanto, além da finalidade, as dimensões processual e intencional da construção de um MD são critérios que consideramos basilares como condições iniciais para pensarmos sobre a figura do professor como autor. Evidentemente, outras autorias, exercidas por outros sujeitos, terão seus próprios pilares, mas dessas não nos ocuparemos neste artigo.

Na perspectiva que adotamos em nosso contexto de pesquisa, é imprescindível que o MD que é elaborado pelo próprio professor diretamente para seus alunos seja produzido a partir

de uma finalidade educacional, uma intencionalidade pedagógica e um processo de autoria docente. A finalidade do material tem a ver com seu propósito último em relação ao objeto do ensino ao qual se destina. Essa finalidade dependerá das demandas, interesses e necessidades de aprendizagem de seu público-alvo, aspecto interdependente das especificidades do contexto de ensino e aprendizagem no qual o professor e seus alunos estão inseridos. Por essa razão defendemos que nem todo material ou recurso utilizado em situações de ensino é, isoladamente, um MD, mesmo que tenha sido usado para ensinar algum aspecto e que seja possível aprender algo a partir dele. No ensino de línguas, por exemplo, uma música, ou então uma poesia, um texto jornalístico, não são, por si só, materiais didáticos, mas, através da ação didático-pedagógica do professor podem ser incorporados na dinâmica de funcionamento do material como texto didático, a fim de atender sua finalidade, que por sua vez é dependente de uma percepção consciente do professor-autor sobre seu público e contexto de ensino.

O que queremos destacar é que a intencionalidade pedagógica (Pastoriza, 2021) caracteriza e diferencia os MD de outros materiais, ou seja, ela é um processo de complexificação da intenção, um exercício de projeção consciente da intenção em um produto que se torna, por isso, mais complexo, o que implica conceber a autoria docente de MD como um trabalho intencional, um processo de dar sentido, atribuir uma intenção, projetando-a conscientemente com uma finalidade educacional, culminando em um projeto e, por sua vez, em um produto didático. Nesse sentido, reiteramos que o professor-autor que nos interessa, para efeitos deste trabalho, é o professor que, de maneira mais localizada (Vilaça, 2012), sobretudo em termos de público (menos abrangente) e contexto (mais específico), elabora os MD que utiliza em suas aulas ou os MD que seus alunos utilizam sozinhos. No viés escolhido, nossas reflexões não incluem a autoria dos livros didáticos, por exemplo, não obstante esses possam ser elaborados por professores, pois são MD muito mais abrangentes em termos de público e contexto do que o que decidimos focar em nossas pesquisas (Alves, C.F., 2023, 2022; Alves, C.F.; Leffa, 2020).

Levando em consideração esses aspectos que delimitam nosso estudo, sendo o MD um texto essencialmente intencional, sua autoria é um processo durante o qual o professor deve fazer certas escolhas com base em elementos que antecedem a existência do material como produto dessa autoria e interferem de maneira decisiva no processo autoral: público-alvo, objetivos de ensino (seus e da instituição), necessidades de aprendizagem, normas institucionais, currículo, suas preferências pedagógicas, entre outros. Além disso, tendem à

multimodalidade e articulam essas várias linguagens por meio da escrita dialógica, de forma que costumam ser textos em que se tece uma narrativa em torno de uma unidade temática, constituídos de etapas interligadas que se conectam com outros momentos e materiais apresentados pelo professor a seus alunos. Em geral, encaminham o aluno para o engajamento em alguma atividade/tarefa de aprendizagem específica. São materiais que possuem uma concepção pedagógica subjacente: uma perspectiva de ensino e aprendizagem, a definição de uma abordagem, e uma concepção conceitual específica do ensino de cada área. Assim, um material ou recurso se torna didático pela ação intencional do professor de criar um instrumento didático que propicie condições para a aprendizagem não só de um conteúdo específico como potencialmente dos processos relacionados às dinâmicas de interação social, atendendo a diferentes expectativas e necessidades, bem como veiculando certos valores, não só em relação à aprendizagem como também em relação a uma formação crítica, engajada, cidadã etc., a partir da disciplina que ensina, como é o caso dos MD analisados em Alves, C.F. (2022), por exemplo.

Além das características apresentadas anteriormente, existe uma dimensão processual e temporal relacionada com a autoria de MD, um *antes*, um *durante* e um *depois*, ou seja, não tem uma aplicabilidade pontual, pois sua função não se encerra após ser utilizado pelo aluno. MD têm um ciclo de vida recursivo (Freire, 2013; Leffa, 2007) e são produtos resultantes da autoria como um processo intencional de elaboração do pensamento, do conhecimento e da experiência pelo professor com vistas a criar um texto didático. E é justamente sobre certas condições de emergência dessa autoria que gostaríamos de fazer algumas considerações que explicitam ainda mais nossa perspectiva.

A principal consideração a ser feita diz respeito à natureza da autoria. A autoria discutida por Barthes (2004) e Foucault (2009a), e muito frequentemente por outros pensadores, como Bakhtin (1997), em seu *Estética da Criação Verbal*, se refere predominantemente à escrita como criação estética. O que estava no horizonte era o autor que cria uma obra literária ficcional e o questionamento sobre a validade de relacionar a obra como efeito direto da pessoa e das intenções do autor. Desde essa perspectiva, faria sentido dizer que essa relação é irrelevante para a interpretação dos textos, assim como fez Barthes (2004) ao defender que o autor morre à medida que o texto nasce e chega ao leitor, ou, como fez Foucault (2009a) ao desvincular a noção de autoria do indivíduo. Na perspectiva de autoria que adotamos neste trabalho, a relação intrínseca do autor (o professor) com sua obra (o MD) e o seu público (seus alunos) é totalmente relevante, e tentaremos explicar por quê.

Em primeiro lugar, o professor-autor não é um artista. Enquanto este nem sempre planejará, saberá ou irá dizer o que pretende com seus textos, seus quadros, ou no que pensou para produzi-los, se espera que um professor sim saiba dizê-lo, uma vez que a autoria docente é essencialmente intencional. Além disso, um texto didático possui um propósito específico que o antecede, um texto literário não (ao menos não obrigatoriamente). Assim, a autoria de MD não é uma espécie de criação estética ou ficcional. Ela é uma ética e uma *práxis* reais: ética porque implica investir-se do papel de autor, identificando-se com ele, reconhecendo-se como tal e, por conseguinte, reconhecer seu potencial transformador; e *práxis* porque esse processo de autorreconhecimento se materializa em um produto que dele é resultante (o MD) e que pode promover mudanças importantes não apenas em como o aluno aprende, e o que aprende, mas como ele pode usar isso a favor das suas vivências nos contextos nos quais está inserido (Alves, C.F., 2022).

Em segundo lugar, outro ponto a ressaltar é que a natureza do vínculo entre autor, obra e leitor é também diferente quando se compara um texto literário com um texto didático, especialmente quando este é elaborado de maneira mais localizada, ou seja, do professor diretamente para seus alunos. Pode ser que Machado de Assis tivesse em mente um certo público o qual gostaria que lesse seus livros, ou que um *youtuber* famoso escreva um livro voltado para seus seguidores. Ainda assim, se trata de um público estimado, que pode incluir também leitores que estariam fora dessa estimativa. De maneira semelhante estão os livros didáticos. Ainda que sejam feitos para públicos específicos, se trata de um público muito abrangente. Por exemplo, um livro didático para aprendizes brasileiros de língua espanhola teria como público-alvo os mais de 6 milhões de aprendizes de espanhol no Brasil (España, 2022), assim como a correspondente diversidade de contextos de ensino e aprendizagem desse idioma (em cidades de fronteira com países falantes de espanhol, em escola pública, em curso de idiomas etc.).

O público-alvo de um professor-autor de MD localizados tem rosto e nome, motivo por que a consideramos a natureza do vínculo autor-obra-leitor diferente da autoria à qual Barthes (2004) e Foucault (2009a) estavam se referindo, pois o autor não está morto, pelo contrário: o professor projeta sua voz e seu gesto nos materiais de sua autoria, de modo que, “em trabalhos bem-feitos, o aluno pode sentir no instrumento a voz do próprio professor” (Leffa, 2006, p. 193). Dessa forma, o vínculo se estreita e se fortalece, gerando uma relação de prazer na autoria na qual “o professor sente a satisfação da autoria ao ver o aluno envolvido na atividade que ele

elaborou; o aluno, por sua vez, sente-se prestigiado por ver que o professor preparou o material especificamente para ele” (Leffa; Costa; Beviláqua, 2019, p. 182).

Por fim, em terceiro lugar, ao projetar a sua presença no MD, o professor faz escolhas que emergem das relações de interlocução que estabelece com os demais indivíduos e instituições, com os discursos a respeito da sua profissão, com a sua experiência como autor etc. Assim, autoria docente é uma atividade aprendida em ato, posto que o professor não é autor *a priori*, ele se constitui autor a medida em que cria ou adapta um MD (sozinho ou em agência distribuída com demais professores), quando coloca algo de si nesse processo no qual incidem questões relacionadas não apenas a quem ele é como pessoa, sujeito que elabora/escreve um texto didático, como também a quem ele é e aprendeu a ser como professor e como autor. Ao definir a autoria como uma atividade docente atravessada por questões relacionadas à experiência do sujeito com o viver da própria profissão, consideramos que, quando se trata de autoria docente de MD, o autor não morre, pois importa quem fala.

CONCLUSÃO

No final da conferência proferida à sociedade francesa de filosofia, Foucault (2009a) reconhece um limite do seu estudo:

Mas me dou conta de que até o presente limitei meu tema de uma maneira injustificável. Certamente, seria preciso falar do que é a função autor na pintura, na música, nas técnicas etc.[...]. Eu me limitei ao autor considerado como autor de um texto, de um livro ou de uma obra ao qual se pode legitimamente atribuir a produção (Foucault, 2009a, p. 280).

Foi nessa *brecha* que tentamos adentrar para pensar sobre a figura do professor-autor de MD localizados (Vilaça, 2012). Para tanto, foi preciso pontuar alguns aspectos que diferenciam o enfoque que adotamos das reflexões de Barthes e Foucault porque, toda vez que se busca uma discussão mais aprofundada e mais fundamentada sobre autoria, seus textos são referências, de forma que não poderíamos nos furtar de apresentá-los e discuti-los, nem que fosse para marcar em certo sentido uma distância deles.

Assim, o que procuramos fazer neste artigo foi propor algumas reflexões teóricas iniciais sobre a autoria de MD como uma atividade que pode ser desempenhada pelo professor no exercício de sua profissão, delineando aspectos contingentes dessa autoria tão específica. Buscamos apresentar a ideia de que essa atividade é essencialmente intencional, processual, recursiva e potencialmente transformadora. Também, que é atravessada tanto por elementos

internos como externos ao trabalho do professor, sendo o MD um produto emergente desses atravessamentos e interlocuções. Com isso, acreditamos que este trabalho pode ser relevante para pensar as práticas de autoria docente de MD, corroborando a relevância identificada em pesquisas anteriores de que os professores se reconheçam como autores e criem os próprios MD como forma de incremento de uma postura mais autoral em relação ao próprio trabalho (Alves, C.F., 2023; Alves, C.F.; Leffa, 2020; Leffa; Costa; Beviláqua, 2019; Minatel; Canatta, 2012; Pretto, 2012).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Dirceu Manoel de; ALMEIDA, Michele Silva e. **Dialética da autoria:** proposição metodológica do resgate da formação inicial e continuada docente de qualidade. 1.ed. Jundiaí/SP: Paco, 2021.

ALVES, Carolina Fernandes; LEFFA, Vilson José. Professor-autor de recursos educacionais abertos: uma identidade em construção. **Revista Interfaces**, Paraná, v. 11, n. 4, p. 188-206, 2020. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6668 Acesso em 21 nov. 2021.

ALVES, Carolina Fernandes. Pedagogia engajada em um sistema de autoria aberto para o ensino de línguas. **Linguagem & Ensino**, Pelotas/RS, v. 25, n. 2, p. 193-217, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/linguagem/article/view/4217> Acesso em 24 ago. 2022.

ALVES, Carolina Fernandes. **Autoria como saber docente complexo:** perfis e percursos de professores-autores de materiais didáticos para o ensino de línguas. 2023, 382f. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14803968 Acesso em 26 abr. 2024.

ALVES, Marco Antônio Souza. **Uma genealogia do autor:** a emergência e o funcionamento da autoria moderna. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2021.

ALVES, Marco Antônio Souza. **O autor em cena:** uma investigação sobre a autoria e seu funcionamento na modernidade. 2014. 476f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/5876167/O_autor_em_cena_uma_investigacao_sobre_a_autoria_e_seu_funcionamento_na_modernidade_2014 Acesso em 21 nov. 2021.

ARÁ, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, nº especial, p. 4-

25, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/WXgmr6Q5SMPYG3Mc8rsd4Th/?lang=pt> Acesso em 15 nov. 2022.

BAKHTIN, Mikhail. O autor e o herói. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1997, p. 22-114.

BARTHES, Roland. (1968). A morte do autor. In: BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 2004, p. 57-64.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. A morte do autor: um retorno à cena do crime. **Revista Criação e Crítica**, São Paulo, n. 12, p. 161-171, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/69866> Acesso em 10 jun. 2022.

CAVALHEIRO, Juciane dos Santos. A concepção de autor em Bakhtin, Barthes e Foucault. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina/PR, v.2, n.11, p. 67-81, 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3042> Acesso em 10 jun. 2022.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo/SP: Ed. UNESP, 2014.

COSTA, Alan Ricardo; LEFFA, Vilson José. Produção colaborativa de REA para o ensino de línguas: da interação à coautoria. **Ead em foco**, Rio de Janeiro, v.1, n. 7, p. 37-49, 2017. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/550> Acesso em 14 abr. 2022.

CUNHA, Erica Poliana Nunes de Souza. **Para tornar-se autor**: propostas de escrita dos livros didáticos do ensino médio de língua portuguesa. 2016. 88f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/21466/1/EricaPolianaNunesDeSouzaCunhaDISSERT.pdf> Acesso em 12 abr. 2022.

DEMO, Pedro. Autoria: fundamento docente e discente. In: DEMO, Pedro. **Educação Hoje**: “novas” tecnologias, pressões e oportunidades. Barueri/SP: Atlas, 2009, p. 16-24.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas, São Paulo/SP: Autores Associados, 2015a.

DEMO, Pedro. **Aprender como autor**. Barueri/SP: Atlas, 2015b.

ESPAÑA. Ministerio de Educación y Formación Profesional. **El mundo estudia español**. Secretaría General Técnica, 2022, 360p. Relatório técnico. Disponível em: Acesso em 15 jul. 2022.

FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo/SP: Contexto, 2005, p. 37-60.

FERREIRA, Fernanda Josirene de Melo; COSTA, Cleide Jane de Sá Araújo; PIMENTEL,

Fernando Silvio Cavalcante. A autoria discente na cultura digital. **Linguagens, educação e sociedade**, Teresina/PI, n. 43, ano 24, p. 491-515, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/9343/pdf> Acesso em 14 mar. 2022.

FILENO, Érico Fernandes. **O professor como autor de material para um ambiente virtual de aprendizagem**. 2007. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2007. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/11563> Acesso em 12 abr. 2022.

FORTUNATO, Márcia Vescovi. **Autoria sob a materialidade do discurso**. 2003. 148f. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-13022004-190509/publico/mfortunato.pdf> Acesso em 12 abr. 2022.

FOUCAULT, Michel. (1969). O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de I. A. Dourado. 2.ed. Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 2009a, p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

FRADE, Isabel Cristina da Silva. Autores e autoras de livros em Minas Gerais: entre Estado, edição e métodos para o ensino inicial da leitura e escrita (1889-1980). In: MORTATTI, Maria do Rosário; FRADE, Isabel Cristina da Silva. (org.) **História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático**. Marília/SP: Oficina Universitária. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2014, p. 265-290.

FRANCELINO, Pedro Farias. **A autoria no gênero discursivo aula: uma abordagem enunciativa**. 2007, 230f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7530> Acesso em 12 abr. 2022.

FREIRE, Maximina Maria. Complex educational design: a course design model based on complexity. **Campus-Wide Information Systems**, v. 30, n. 3, p. 174-185, 2013.

FURTADO, Kênia Kristina; SOUZA, Alba Regina Battisti. Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém: reflexões sobre a autoria docente. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas/TO, v. 6, n. 10, 2019, p. 106-115. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1095> Acesso em 15 abr. 2022.

HALMANN, Adriane Lizbehd. **Autoria de conteúdos digitais por professores em formação: potencialidades para apropriações científico-tecnológicas**. 2012. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12652> Acesso em 15 abr. 2022.

HENGE, Gláucia da Silva. Confrontos discursivos e autoria colaborativa. In: MITTMANN, Solange (org.) **A autoria na disputa pelos sentidos**. Porto Alegre/RS: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p. 41-56.

JACQUES, Juliana Sales. **Performance docente na (co)autoria de recursos educacionais abertos (REA) no Ensino superior**: atos éticos e estéticos. 2017. 225p. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/15048?show=full> Acesso em 21 ago. 2020.

JOSÉ, Maria Aranha Moreira. **De ator a autor do processo educativo**: uma investigação interdisciplinar. 2011. 288p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, 2011.

KOCH, Iára Lúcia Capuano. **Autoria de material digital**: possibilidades de protagonismo na ação docente. 2015. 63p. Monografia (Especialização em Mídias na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação (CINTED), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/133915> Acesso em 15 abr. 2022.

KREWER, Emanuele; FAGUNDES, Angelise; FONTANA, Marcus Vinícius Liessem. Professor autor e promotor da tecnologia no contexto educacional: uma experiência com realidade aumentada. **ReTER**, Santa Maria/RS, v.2, n. 2, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reter/article/view/65232> Acesso em 30 ago. 2021.

KROKOSCH, Marcelo. **Outras palavras**: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. 160p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03102016-103125/pt-br.php> Acesso em 14 dez. 2021.

LEFFA, Vilson José; COSTA, Alan Ricardo; BEVILÁQUA, André Firpo. O prazer da autoria na elaboração de materiais didáticos para o ensino de línguas. In: FINARDI, Kyria; TILIO, Rogerio; BORGES, Vlândia; DALLAGNELO, Adriana; FILHO, Etelvo. **Transitando e transpondo n(a) Linguística Aplicada**, Campinas/SP: Pontes Editores, 2019, p. 267-297.

LEFFA, Vilson José; ALVES, Carolina Fernandes; FONTANA, Marcus Vinícius Liessem. Humanismo, pós-humanismo e pós-humanidade: como chegamos à Linguística Aplicada das Coisas. In: LEFFA, Vilson José.; FIALHO, Vanessa Ribas; BEVILÁQUA, André Firpo; COSTA, Alan Ricardo (org.). **Linguagens, tecnologias e ensino de línguas**: uma década de pesquisa em Linguística Aplicada. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2020, p. 225-251.

LEFFA, Vilson José. Como produzir materiais para o ensino de línguas. In: LEFFA, Vilson José. **Produção de materiais de ensino**: teoria e prática. 2. ed. Pelotas/RS: EDUCAT, 2007, p. 33-41.

LEFFA, Vilson José. Uma ferramenta de autoria para o professor: o que é e o que faz. **Letras de Hoje**, Porto Alegre/RS, v.2, n. 41, p. 189-214, 2006. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/599> Acesso em 13 out. 2021.

MALLMANN, Elena Maria. **Mediação Pedagógica em Educação a Distância**: cartografia da performance docente no processo de elaboração de materiais didáticos. 2008. 304f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91842> Acesso em 14 ago. 2020.

MALLMANN, Elena Maria; JACQUES, Juliana Sales. Recursos Educacionais Abertos: autoria e coautoria em rede como democratização da inovação. **Revista Ibero-americana de Educação**, Madri/Espanha, v. 2, n. 63, p. 1-11, 2013. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/647> Acesso em 14 ago. 2020.

MALLMANN, Elena Maria *et al.* Inovação mediada por recursos educacionais abertos (REA): o caso da universidade aberta de Portugal. In: BUSARELLO, Raul; BIEGING, Patrícia; ULBRICHT, Vania Ribas. (org.). **Inovação em práticas e tecnologias para aprendizagem**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2015, p. 189-211. Disponível em: https://www.academia.edu/27712370/Inovação_em_práticas_e_tecnologias_para_aprendizagem Acesso em 13 ago. 2020.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede**: os novos processos autorais através das redes eletrônicas. 1ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Mauad, 2014.

MARTINS, Beatriz Cintra. **Autoria em rede**: um estudo dos processos autorais interativos de escrita nas redes de comunicação. 2012. 155p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-31082012-103436/pt-br.php> Acesso em 25 mar. 2021.

MATTE, Marlene Nascimento. **Autoria no ambiente virtual pedagógico**. 2005. 211f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5874> Acesso em 12 abr. 2021.

MAZZARDO, Mara Denize. **Recursos Educacionais Abertos**: inovação na produção de materiais didáticos dos professores do Ensino Médio. 2018. 257f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Aberta de Portugal, 2018. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/7788> Acesso em 20 abr. 2020.

MEDEIROS, Zulmira; NASCIMENTO, Sylvania Sousa. A internet e seus espaços de autoria: a escrita online em fóruns, wikis e blogs. **Informática na educação**: teoria e prática, Porto Alegre/RS, v. 18, n. 1, p. 97-113, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/InfEducTeoriaPratica/article/view/52721> Acesso em 12 abr. 2021.

MINATEL, Valdenice; CANNATA, Verônica. A experiência REA em um colégio tradicional da cidade de São Paulo. Entrevista a Paulo Darcie. In: PRETTO, Nelson de Lucca; ROSSINI,

Carolina; SANTANA, Bianca. (org.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. 1. ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo/SP: Casa da Cultura Digital, 2012, p. 239-243.

MITTMANN, Solange. **A autoria na disputa pelos sentidos**. 1. ed. Porto Alegre/RS: Instituto de Letras/UFRGS, 2016.

PADILHA, Simone de Jesus. Relendo Bakhtin: autoria, escrita e discursividade. **Polifonia**, Cuiabá, v. 18, n. 23, p. 91-102, 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/24> Acesso em 17 ago. 2021.

PASSINI, Michele Teixeira. Autoria na produção científica: entre as fronteiras impostas pela legitimidade. In: MITTMANN, Solange (org.). **A autoria na disputa pelos sentidos**. Porto Alegre/RS: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p.25-40.

PASTORIZA, Bruno dos Santos. Ensaio sobre a intencionalidade pedagógica e tradição: um tensionamento como princípio educativo. **Acta Scientiarum Education**, Maringá/PR, n. 44, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/52706> Acesso em 23 mai. 2022.

PAVAN, Paula Daniele. Autor e autoria em debate: manutenção e/ou deslizamentos de sentidos. In: MITTMANN, S (org.). **A autoria na disputa pelos sentidos**. Porto Alegre/RS: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p. 13-24.

PONTES, Rosana Aparecida Ferreira. **A construção da autoria pedagógica na formação de educadores**. 2007. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos, Santos/SP, 2007. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/231> Acesso em 12 abr. 2021.

PRETTO, Nelson De Lucca. Professores-autores em rede. In: PRETTO, Nelson de Lucca; ROSSINI, Carolina; SANTANA, Bianca. (org.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. 1. ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo/SP: Casa da Cultura Digital, 2012, p. 91-108.

RALEJO, Adriana Soares. **Lugar de autoria**: contingências, desafios e possibilidades de produção de livros didáticos de História. 2018. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2018. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000909936> Acesso em 16 mai. 2022.

RICARDO, Eleonora Jorge. **Educação a Distância**: professores-autores em tempos de cibercultura. 1. ed. Barueri/SP: Atlas, 2013.

ROSSINI, Carolina; GONZALEZ, Cristiana. REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado. In: PRETTO, Nelson de Lucca; ROSSINI, Carolina;

SANTANA, Bianca. (org.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. 1. ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo/SP: Casa da Cultura Digital, 2012, p. 35-69.

ROJO, Roxane. Materiais didáticos no ensino de línguas. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da. (org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**. São Paulo/SP: Parábola Editorial/Cultura Inglesa, 2013, p. 163-195.

SALES, Marcea Andrade. **Arquitetura do desejo de aprender**: a autoria docente em debate. 2009. 159f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/11889> Acesso em 13 out 2021.

SERRA, Maria Beatriz de Almeida. **Livros de literatura para bebês e crianças pequenas**: concepções de autores e editores brasileiros premiados. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2015. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes2015/dmariabeatriz.pdf> Acesso em 13 out 2021.

SOARES, Mara Lúcia Fabiano. **O papel do autor de livro didático para o ensino de língua inglesa como uma língua estrangeira**: um estudo de identidade autoral. 148f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2007. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10704/10704_1.PDF Acesso em 22 jun. 2022.

SOUZA, Bianca Kelly. Que importa quem fala? - o desaparecimento do autor segundo Michel Foucault. **Intuitio**, Porto Alegre/RS, v.2, n. 4, p. 123-132, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/9676> Acesso em 12 abr. 2021.

STAROBINAS, Lilian. REA na Educação Básica: a colaboração como estratégia de enriquecimento dos processos de ensino-aprendizagem. In: PRETTO, Nelson de Lucca; ROSSINI, Carolina; SANTANA, Bianca. (org.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. 1. ed. Salvador/BA: Edufba; São Paulo/SP: Casa da Cultura Digital, 2012, p. 121-132.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. A elaboração de materiais didáticos de línguas estrangeiras: autoria, princípios e abordagens. **Cadernos do CNLF**, n. XVI, p.51-60, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/JLEwjV> Acesso em 28 abr. 2019.

ZANAGA, Mariângela Pisoni. **Conteúdos abertos na educação**: motivações e visão de autoria. 2006. 192p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/366655> Acesso em 17 mai. 2021.

Recebido em: Fev. 2024.

Aceito em: Abr. 2024